



LHM

RAÇA, GÊNERO E CLASSE NO RIO DE JANEIRO DA DÉCADA DE 1870 A PARTIR DO OLHAR DO VIAJANTE HERBERT SMITH

Antonio Marcos Myskiw * 1

*Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
e-mail: amyskiw@uffs.edu.br

Sérgio Roberto Massagli* 2

* Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
e-mail: massaglis@hotmail.com

Resumo: Herbert H. Smith foi um naturalista que estudou a flora e a fauna do Brasil. Veio aqui pela primeira vez em 1870 na expedição Morgan, liderada pelo famoso Professor Charles Frederick Hartt. Em seguida, no ano de 1874, voltou para ficar um ano explorando os rios Amazonas e Tapajós. Terminada essa expedição foi para o Rio de Janeiro, onde permaneceu por mais quatro meses. De volta aos Estados Unidos, trabalhou para a Scribner's Magazine, escrevendo artigos sobre o Brasil a partir de suas memórias de viagem. Estes escritos deram origem mais tarde ao livro *Brazil, the Amazon and the Coast*, publicado em 1979. Este trabalho tem como objetivo realizar uma leitura do capítulo "Social Life at Rio", da referida obra, visando identificar percepções do viajante acerca do cenário da capital brasileira da década de 1870 que ajudem a compreender problemas estruturais históricos acerca de raça, classe e gênero no Brasil.

Palavras-chave: Herbert H. Smith. Literatura de viagens. Rio de Janeiro. Século XIX.

Race, gender and class in Rio de Janeiro in the 1870s through the eyes of traveler Herbert Smith

Abstract: Herbert H. Smith was a naturalist who studied Brazil's flora and fauna. He first came here in 1870 on the Morgan expedition, led by the famous Professor Charles Frederick Hartt. Then, in 1874, he returned to spend a year exploring the Amazon and Tapajós rivers. At the end of this expedition, he went to Rio de Janeiro, where he stayed for another four months. Back in the United States, he worked for Scribner's Magazine, writing articles about Brazil based on his travel memoirs. These writings later were collected in the book *Brazil, the Amazon and the Coast*, published in 1979. The aim of this paper is to read the chapter "Social Life at Rio", from that book, in order to identify the traveler's perceptions of the Brazilian capital in the 1870s, which help to understand historical structural problems regarding race, class and gender in Brazil.

¹ Doutor em História. Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4920963810086066>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4276-8336>.

² Doutor em Estudos Literários. Universidade Federal da Fronteira Sul. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1153231475774488>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2618-0495>.



Keywords: Herbert H. Smith. Travel literature. Rio de Janeiro. 19th century.

Introdução

Vim para o Brasil com o desejo sincero de estudar esta questão da escravidão com um espírito de justiça, sem correr a extremos emocionais. Agora, depois de quatro anos, estou convencido de que todos os outros males com os quais o país é amaldiçoado, tomados em conjunto, não se comparam a este; eu quase poderia dizer que todos os outros males surgiram a partir dele, ou foram fortalecidos por ele (Herbert H. Smith).

Flavio Edler (2001), em “De olho no Brasil: a geografia médica e a viagem de Alphonse Rendu”, descreve muito bem o estereótipo que foi formado acerca dos viajantes estrangeiros que percorreram o território brasileiro entre o final do século XVIII e ao longo do século seguinte. Costumamos imaginá-los, quase sempre como naturalistas escrupulosos empenhados em inventariar os tipos humanos, nossa flora e fauna, coletando dados geológicos e climáticos. De fato, essa imagem é reforçada pelas pranchas e notas que se encontram em museus, bibliotecas ou publicações luxuosas contendo um conjunto diversificado de registros: espécimes mamíferos, répteis, anfíbios, aves, insetos, sementes e plantas nativos; aquarelas que buscam representar um cenário natural; utensílios fabricados por populações indígenas; usos e costumes dessa mesma população; hábitos pitorescos dos habitantes das cidades.

Esses viajantes, no entanto, produziram uma variedade de narrativas além das de cunho científico, como crônicas, relatos de viagens, correspondências, memórias, diários, álbuns e desenhos. Muitos destes registros foram publicados no formato de livro, outros em artigos em revistas científicas, ou ainda, em extensas matérias de jornais de ampla circulação. Fizeram grande sucesso na época, devido às descrições, gravuras e aquarelas de povos e costumes exóticos. A maioria desses viajantes veio da Europa, vieram especialmente da França, Inglaterra e Alemanha, mas entre eles também estavam os americanos. O conjunto de obras que deixaram faz parte da chamada literatura de viagem, cujos registros ajudam a conhecer a vida social do Brasil vista por olhos estrangeiros. e inspiraram literatos brasileiros, sobretudo a partir de 1830, a escreverem romances e textos de ficção com cenários e contextos extraídos de relatos de viagens, publicados nas páginas dos jornais da época (posteriormente, organizados no formato de livro).



Entre os americanos, encontramos um certo número formado por cientistas das mais diversas áreas. Estes produziram trabalhos em suas áreas de ocupação; porém, em suas obras, direta ou indiretamente, muitas vezes referiram-se aos habitantes do Brasil (brancos portugueses ou descendentes, mestiços de toda espécie, negros e índios), bem como a questões nacionais, como a escravidão, racismo, condições de trabalho e gênero.

Herbert Huntington Smith³ (1851 - 1919) foi um desses cientistas americanos, um naturalista que estudou a flora e a fauna do Brasil. Veio aqui pela primeira vez em 1870 na expedição Morgan, liderada pelo famoso Professor Charles Frederick Hartt. Em seguida, no ano de 1874, voltou para ficar um ano explorando os rios Amazonas e Tapajós. Após terminada essa expedição foi para o Rio de Janeiro, onde permaneceu por mais quatro meses. De volta aos Estados Unidos, começou a trabalhar para a Scribner's Magazine, escrevendo artigos sobre o Brasil a partir de suas memórias de viagem. Estes escritos deram origem mais tarde ao livro *Brazil, the Amazon and the Coast*, publicado em 1879 e ainda não traduzido para o português.

Este trabalho tem como objetivo realizar uma leitura do capítulo "*Social Life at Rio*", da referida obra do explorador norte-americano Herbert Smith, visando identificar nesse relato percepções do viajante sobre o cenário da capital brasileira da década de 1870 que ajudem a compreender problemas estruturais históricos acerca de raça, classe e gênero no Brasil.

Para tanto, fez-se primeiramente a tradução do capítulo, a fim de localizar ali as descrições vívidas da paisagem natural e humana da capital do Império e as análises feitas pelo estrangeiro de nossa paisagem social e econômica. Trata-se de flagrantes de uma multiplicidade de aspectos da sociedade carioca de então que podem igualmente despertar o interesse de leitura por pesquisadores da literatura, da história, das ciências sociais e mesmo dos leitores comuns, interessados em conhecer mais sobre a história e a cultura brasileiras.

É importante ressaltar que o olhar de Smith é marcado por preconceitos da época e da cultura em que viveu. O momento era então marcado pela dominação política e econômica de um projeto colonial que se justificava por meio do conceito de raça,

³ Em algumas fontes o nome do referido naturalista pode ser encontrado como "Herbert Huntington Smith" e em outras "Herbert Huntingdon Smith", ou ainda pode aparecer abreviado como "H. H. Smith", "Herb.H.Sm", ou H. S. Huntington.



acompanhado de uma dominação epistêmica ocidental e, portanto, o discurso de Smith traz muitas dessas marcas.

Portanto, o discurso de Smith traz muitas dessas marcas. Nascido em Manlius (Estado de Nova York) e formado pela Cornell University, Herbert H. Smith foi discípulo de Charles Frederick Hartt (1840-1878), renomado geólogo canadense-americano que lecionava em Cornell e realizou várias expedições científicas no Brasil, algumas, a convite do Imperador D. Pedro II. Como resultado das pesquisas de campo que realizou, dentre elas uma expedição ao arquipélago de Abrolhos, no Sul da Bahia, Charles Hartt questionou as teorias criacionistas de seu mestre, Jean Louis Agassiz, tornando-se um adepto das teorias darwinistas.⁴ Herbert Smith, como discípulo de Hartt, aderiu ao pensamento evolucionista e racionalista, sendo influenciado na forma de olhar, ler, compreender e descrever as populações e os modos de vida e trabalho no Brasil, nas décadas finais do período imperial.

Aqui e ali nos deparamos com algumas ideias e crenças fortemente eivadas de preconceitos raciais e religiosos nos escritos de Smith, característicos do pensamento evolucionista. No entanto, suas observações são reveladoras não apenas da estrutura de classes, dos lugares de gênero e dos traços socioculturais que constituíam a sociedade brasileira de então, mas também das práticas econômicas da época.

Hoje, um século e meio depois, uma leitura cuidadosa dos escritos de Herbert Smith, endereçados ao leitor americano de seu tempo, permite identificar o que há de contemporâneo neles. Para o pensador italiano Giorgio Agamben, ao ler textos, por mais próximos ou distantes que estejam de nós no tempo, é fundamental que consigamos ser de alguma forma contemporâneos deles, a fim de identificar neles o que evoca o jogo dialético entre o presente e o passado, levando-nos a uma posição de encruzilhada na história.

Ler os escritos de Herbert Smith sobre a vida social do Rio de Janeiro na década de 1870 produz, no espírito do leitor brasileiro de hoje, encontros de temporalidades, causando estranheza e desconforto, devido à permanência de certos traços do passado no presente. Isto porque ainda vivemos em um mundo “marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva” (Balestrin, 2013, p. 89).

Assim, o foco desta pesquisa foi localizar no texto de Herbert Smith as descrições e comentários que ele fez a partir de suas observações do cenário físico e social do Rio de

⁴ Sobre esse tema, ver FREITAS, Marcus Vinicius de. *Charles Frederick Hartt, um naturalista no Império de D. Pedro II*. Belo Horizonte, UFMG, 2002, 282p.



Janeiro na década de 1870 e verificar o quão elucidativos são das atuais condições de raça, classe e gênero no Brasil. Isso permitiu identificar no seu relato traços que possibilitem compreender historicamente sua “atualidade” e sua “contemporaneidade” em relação ao presente. Para tanto, foram trazidos para a discussão pensadores contemporâneos e do passado, brasileiros ou não, cujas ideias possam contribuir com este trabalho.

A literatura dos viajantes

No século XIX, as viagens exploratórias de cunho científico e cultural, também chamadas de missões ou expedições, intensificaram-se no Brasil. O que aconteceu então foi o que Sérgio Buarque de Holanda chamou de uma “nova descoberta do Brasil”, onde o “novo” e o “antigo” se confrontaram, ampliando o conceito de civilização. Holanda refere-se às viagens de europeus que, com a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil e a consequente abertura dos portos, passaram a ter acesso a uma terra que até então era muito protegida pelo colonialismo português (Holanda, 1975) e cujos escritos de viajantes sobre o Brasil eram censurados pela chancelaria da Coroa Portuguesa (pois era quem autorizava as casas editoras da época a publicar, ou não, livros).

As viagens aconteceram em circunstâncias diferentes: alguns viajantes fizeram incursões rápidas, outros demoraram mais para estudar e explorar o Novo Mundo, em expedições e missões ou por conta própria. Algumas viagens eram financiadas pelos tesouros dos Estados ou patrocinadas pela nobreza, outras eram mantidas com fortunas pessoais.

Essas viagens resultaram em uma vasta produção de inventários e narrativas cronológicas, cujo objetivo, em geral, era informar as metrópoles sobre as possibilidades e potencialidades econômicas. A riqueza e o progresso das nações, que lançaram a corrida colonialista no século XIX, dependiam do grau de progresso e sucesso em relação ao domínio do “outro”, que por sua vez está relacionado ao conhecimento desse “outro”. Podemos dizer que os textos dos viajantes, portanto, tiveram, ao mesmo tempo, um projeto de conhecimento e de poder – isto é, em seus relatos é possível vislumbrar a jornada como uma alegoria do desejo de progredir e dominar.

Hoje o conceito de colonialidade de poder, formulado por Aníbal Quijano (2015), deixa clara a amplitude desse projeto como sendo a dominação das potências centrais em



relação às periféricas, estruturada por meio de uma diferença étnica/racial/de gênero/de classe, que hierarquiza o dominador em relação ao dominado, com o objetivo de controlar o trabalho, os recursos e os produtos em prol do capital e do mercado mundial. Esse projeto se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser.

Não podemos, portanto, reduzir essas viagens a interesses puramente utilitários, nem, por outro lado, a projetos revestidos de nobres propósitos científico-culturais. Henrique Soares Carneiro (2001, p. 232), ao estudar o imaginário das viagens modernas, pontua que “a história dos livros de viagem é, de certa forma, a história das próprias viagens, que se perpetuam como relatos”, por ordenarem as narrativas seguindo uma cronologia temporal e a descrição dos aspectos geográficos percorridos, entremeados por relatos sobre paisagens, pessoas, acontecimentos e impressões pessoais. Nos livros de viagens, figuram histórias das viagens realizadas pelos viajantes, porém, não todas as histórias, e sim uma determinada parte das histórias vividas por determinado viajante, ordenadas no tempo e no espaço. Como as viagens, os livros cumprem alguns objetivos. E é em relação a esses objetivos que, na maioria das vezes, pautam-se as escolhas dos fatos vividos durante as viagens para serem transformados em histórias que irão constar nas páginas e linhas dos livros impressos.

Michel de Certeau (2000, p. 66-67) sinaliza que a produção da escrita, quer de um relato de viagem, quer de um romance ou tratado filosófico, articula-se a um “lugar de produção”, ou seja, a “uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados”, e a este lugar de produção está “submetida a imposição, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.” É necessário, por conseguinte, estudar o contexto das viagens, dos viajantes e o período de produção dos textos. Igualmente é importante estudar sua publicação por determinadas casas editoriais e até mesmo a recepção pelos leitores, cujas impressões acham-se nos jornais de circulação diária ou periódica, para compreender mais profundamente o sentido e o alcance dos relatos de viagens. Além disso, importa saber se se destinavam ao mero entretenimento ou à construção de saberes. Saberes estes que, mediante os relatos de viagens, se transformavam em instrumentos de poder.

As viagens com suas produções científicas foram fruto tanto das demandas impostas pela expansão do capitalismo, quanto do desenvolvimento científico, da curiosidade e da



busca pelo exótico e do gosto pela aventura. Esse projeto colonial estimulou o interesse em estudar e pesquisar diferentes países e culturas e dominou a mentalidade intelectual da época, deixando um legado extraordinário para historiadores e críticos da cultura.

Embora sejam excelentes fontes para o conhecimento da realidade brasileira, os relatos desses viajantes não podem ser utilizados isoladamente para informar sobre os diferentes aspectos da região visitada, ou da cultura e costumes dos habitantes locais. Embora sejam fontes de dados importantes, estão, no entanto, dispersos e fragmentados, não apresentando uma cadeia, mas sim dados breves, externos e desconexos. A narrativa é muitas vezes composta por momentos fixados pelo mundo interior do viajante, que devem ser confrontados com dados de outras fontes, a fim de comparar as informações e ver o que representam de relevante, o que colocam em questão ou como se relacionam a outras fontes. Ao se fazer essa confrontação, pode-se superar o problema da fragmentação, da experimentação e da percepção da nova realidade vivenciada pelo viajante.

Outro ponto que não pode ser esquecido, ao se usar viajantes estrangeiros como fonte histórica, é o aspecto das limitações naturais dessas observações. Nenhum autor esgota um aspecto da sociedade ou cultura que descreve. Não se deve esquecer que um ponto de vista é sempre provisório e nunca pode pretender esgotar a realidade a que se refere, pois esta é sempre mais rica do que o conhecimento e o registro que dela se fazem. Para tanto, será necessário buscar outros textos produzidos na época, bem como obras produzidas posteriormente, que buscaram compreender aquele período.

O século XIX é um momento crucial para a consolidação de algumas características que se tornarão fundamentais para a constituição da nossa identidade nacional. Foi o momento em que se deu, nas Américas, o processo de independência e formação dos Estados nacionais a partir dos modelos europeus. Alguns estudiosos (Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Maria Sylvia Carvalho Franco, entre outros) estudaram esse período para entender como o Brasil lidou com seu passado colonial na transição para o Império e como lidou com a necessidade de se modernizar posteriormente, abandonando seu passado escravista e agrário, para garantir seu lugar no rol as nações civilizadas no final daquele século.

Em uma rápida revisão do século XIX, por meio dos estudos desses autores, é possível verificar o quão falho e incompleto foi esse processo, principalmente ao se considerar questões de classe, raça e gênero. Numa sociedade aristocrática e rural, com forte



herança do patrimonialismo português, havia pouco lugar para a consolidação de setores médios da população, visto que os homens livres e pobres ficavam separados da produção para o mercado, que era monopolizado pela economia escravista.

Opressão de classe e gênero em uma sociedade marcada pelo patriarcalismo

Após viajar pelo Brasil em expedições que visavam catalogar a fauna brasileira, ao chegar no Rio de Janeiro, o zoólogo cede lugar ao flâneur e Herbert Smith inicia uma intensa perambulação pelos lugares da cidade: começando pela Rua 1^o. de Março, passando pela Rua do Ouvidor, pelos bairros da Tijuca, Gávea, Botafogo, indo pelas docas até a zona norte. Nesse trajeto, vai deixando em seus registros imagens da paisagem física, em especial da configuração das ruas, praças, jardins, do porto e da arquitetura da capital, para ao fim dizer: “Mas pouco importa para o nosso objetivo o que são as casas e os jardins frequentemente descritos; temos de saber algo sobre as pessoas que vivem neles”.

Em uma de suas primeiras impressões, Smith vai notar algo característico da cidade do Rio de Janeiro: um afrancesamento que levou os agentes públicos a tentarem, nas décadas que se seguiram, simular uma Paris aqui nos trópicos. No início do século seguinte, o prefeito Pereira Passos, durante os quatro anos da sua gestão (1903-1906), na época da *Belle Époque*, queria fazer do Rio de Janeiro uma *Paris Tropical*. Escreve o viajante americano:

Eu penso, de fato, que há uma grande quantidade de verdade inconsciente no título orgulhoso que as pessoas deram à sua cidade - “Paris na América”. - As modas francesas, a literatura francesa, a filosofia francesa, a moral francesa, espalham-se pelos círculos cultos; só que é preciso lembrar que tudo isto é modificado por fortes distinções de classe, de que os franceses se livraram, e pela influência de velhas ideias portuguesas fanáticas (Smith, 1879, p. 461).

Com relação ao ordenamento familiar, não lhe escapará o lugar que ocupa a mulher nessa sociedade patriarcal. Pode-se dizer que Smith reconhece algum avanço, ao dizer:

As senhoras andam com os seus maridos e pais e são sempre tratadas com cortesia; são espirituosas e animadas, mas muitas vezes superficiais. Já lá vai o tempo em que as mulheres se fechavam como freiras, atrás de janelas gradeadas, invisíveis para a rua; em que só se mostravam nos bailes e nas ocasiões de Estado (Smith, 1879, p. 461).



Contudo, logo em seguida, ele irá, muito em função da comparação com a condição da mulher em sua terra, os Estados Unidos, tecer uma série de considerações críticas sobre a tutela que se impões às mulheres por aqui, acarretando não só no seu assujeitamento ao marido, mas também ao seu apequenamento moral e intelectual.

Uma de suas primeiras críticas será em relação ao destino que recaía sobre as mulheres de então: o casamento. Lembremos que esse era um tema da literatura romântica de então, de Joaquim Manuel de Macedo a José de Alencar. Por coincidência, o romance *Senhora*, deste último, com uma visão mais crítica ao casamento e o lugar da mulher na sociedade, seria publicado em 1874, período da estada de Smith no Rio de Janeiro. Após dizer que o costume dos casamentos arranjados pelos pais desapareceu, ele observa que os homens decidem sobre o futuro das mulheres.

Se o costume de desposar os filhos desapareceu, continua a ser verdade que a mulher tem muito pouca escolha na sua própria disposição. A maioria das moças, suponho eu, acede cegamente aos desejos dos pais, aceitando os maridos que lhes são oferecidos, como uma questão de rotina; e contentes com qualquer mudança para aliviar a monotonia da sua vida. Pode haver um entendimento prévio entre os jovens, mas a sociedade não o reconhece; até se casar, o destino de uma mulher cabe ao seu pai ou tutor; a mãe tem muito pouco a dizer sobre isso (Smith, 1879, p. 461).

De fato, a partir de sua observação dos lares cariocas, Smith pondera que as condições favorecem para que o espaço da mulher seja o lar, e tudo se ajeita para que ali se confine. Vejamos:

Uma moça, quando sai, anda na rua com um criado negro nos calcanhares; as senhoras aventuram-se por vezes em excursões de compras, mas, na maior parte dos casos, compram de amostras que lhes são enviadas ou de um dos numerosos vendedores ambulantes. Estes últimos podem ser vistos a qualquer momento, passando de casa em casa, com as suas caixas de vidro com pequenas mercadorias às costas, ou numa carroça; por vezes, se forem abastados, têm um negro para lhes carregar a caixa. Fazem um negócio muito próspero (Smith, 1879, p. 461-462).

Por fim, ele se pergunta sobre o que resta a uma mulher quando a opção que lhe sobra é aguardar pelo casamento e depois se entregar ao bovarismo, isto é, conformar-se ao espaço doméstico e sonhar com a liberdade:

O que se pode esperar quando o casamento é visto apenas como uma questão de conveniência, e a mulher é uma criança crescida, uma criatura a ser guardada e contida? Não tenho paciência para essas regras absurdas, que vieram da Idade das



Trevas e se enraizaram numa comunidade civilizada, para torná-la obscurantista como elas próprias! Nenhum ser humano, no seu íntimo, será fiel a um inferior; nenhuma mulher, contida, suspirará pela liberdade. Siga o seu caminho, meu bom cavalheiro; feche a sua boneca na sala dela; e volte para encontrar uma mulher com a feminilidade expulsa dela; uma criatura furtiva, sutil, rápida a traí-lo como você a traiu. Dizeis que ela precisa de educação, para prepará-la para a liberdade. Ela precisa de liberdade, para prepará-la para a educação; e precisa de um coração verdadeiro para que ambos lhe sirvam (Smith, 1879, p. 462).

O favor – a moeda de troca do sistema de compadrio

Como observa Maria Sylvia Carvalho Franco (1997), em sua obra *Homens livres na ordem escravocrata*, publicada pela primeira vez em 1969, a estrutura produtiva herdada do passado colonial impedia a separação dos recursos públicos dos privados, além do exercício despersonalizado das funções públicas e sua definição por regras gerais. Segundo ela, tal separação, que forma a espinha dorsal do Estado moderno, não era possível no Brasil, já que “a escassez de funcionários qualificados, a desnecessidade imediata de racionalização em seus procedimentos, a fidelidade aos valores próximos ao grupo retardou a separação entre autoridade oficial e influência pessoal”. (p. 166). De acordo com a autora, essa “diferenciação rudimentar entre função oficial e vida privada permitiu a extensão do poder oriundo do cargo público para fins estritamente particulares” (p.137), gerando toda sorte de favoritismos em uma moeda de troca chamada “favor”. Assim, a estrutura mais profunda, chave do sucesso no mundo da competição, na corrupção da moral e dos costumes, estava ancorada no gesto agressivo e afável do “favor”.

Esse intrincado problema da dinâmica das relações de favor já ocupava a atenção de outros intelectuais brasileiros (Franco, 1997; Freyre, 2004; Holanda, 1995; Leal, 2012; Queiroz, 1976; Vianna, 1973). Porém, a partir dos anos setenta, alguns pesquisadores buscarão na literatura produzida no século XIX, principalmente no romance, os referenciais da mentalidade da época. Entre eles, destacam-se as obras de Antonio Candido, Raymundo Faoro e Roberto Schwarz.

Antonio Candido, em “Dialética da Malandragem”, demonstra que, no Brasil do século XIX, a camada de homens livres e pobres vivia em uma zona cinzenta sob os caprichos das classes dominantes. Por um lado, estavam privados da perspectiva de inserção social real, de se colocar na sociedade sem a necessidade da burla; de outro, as relações de favor, a instalação como agregado de algum padrinho, eram imperativas à



sobrevivência dessas classes. A burla, ou a malandragem, inclusive, acabou sendo, segundo Francisco de Oliveira, a saída dúbia das classes dominantes brasileiras para alavancar o capitalismo de molde europeu aqui nos trópicos, porém sem os respaldos formais e legais de uma revolução burguesa europeia. Deste modo, conclui ele, “o jeitinho é um atributo das classes dominantes brasileiras transmitido às classes dominadas” (Oliveira, 2028, p. 139).

Smith, olhou para essa classe de brasileiros, que circulava bem vestida pela Rua do Ouvidor. Aos seus olhos, tratava-se de indivíduos indolentes, orgulhosos e egoístas, que levavam uma vida parasitária, às custas de amigos, do governo e de calotes diversos, para quem o trabalho estava longe de ser um valor.

Herbert Smith reconhece que a constituição brasileira, bem como as leis aqui produzidas são boas o suficiente, verdadeiros modelos de clareza e justiça. Entretanto também se mostra convencido de que estas, em seu conjunto representam um arcabouço demasiado pesado, chegando a dizer que se esse alicerce fosse menos sólido as relações entre os sujeitos na relação com o Estado seria mais fluida e não daria ocasião a todo tipo de chicana de que se valem os agentes públicos e privados.

O Brasil é infelizmente governado em excesso - essa é uma dificuldade. Há o dobro de funcionários do que é necessário, e todo o sistema governamental está atado por emaranhados de burocracia e por cordas de força para a justiça e o comércio. A maior parte dos postos mais elevados são ocupados por cavalheiros, que estão prontos a prestar um serviço se os abordarmos da forma correta. Os pequenos funcionários são muitas vezes estúpidos e tirânicos; gostam de mostrar o seu poder sobre as suas vítimas, mas encolhem-se perante os seus superiores como cães. O resultado é que toda a gente procura a influência superior e a justiça é feita à base do “favor”. - Daí a corrupção e a má gestão (SMITH, 1879, p. 474).

Raymundo Faoro, em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* (1974), mostra que a força, os valores e as formas de dominação do que denomina “estamento senhorial”, formado a partir da estrutura de dominação criada durante o período colonial pela coroa portuguesa, ainda estão presentes hoje sob outras formas. Assim, Faoro ajuda a ver a permanência dessas estruturas – heranças coloniais, visíveis ainda hoje, nas relações entre patrões e empregados. Sua análise é esclarecedora sobre a fragilidade das relações contratuais de trabalho no Brasil, a ausência de um sentimento de cidadania efetiva, o racismo, o machismo, o classismo e o estamentalismo rançoso que ainda hoje existem.

Oliveira Viana, em seu estudo *O ocaso do Império* (1925), identifica o enfraquecimento das disputas partidárias como algo intrínseco à política brasileira que



levava a uma ausência de significação prática, chamando a atenção para o fato de todas as grandes reformas liberais do Império terem sido aprovadas por gabinetes conservadores. Para ele, os partidos políticos são movidos por um “idealismo utópico”, o qual consubstancia “todo e qualquer sistema doutrinário, todo e qualquer conjunto de aspirações políticas em íntimo desacordo com as condições reais e orgânicas da sociedade que pretende reger e dirigir” (Vianna, 1939, p. 10-11). Isso impedia que os partidos atuassem articulando o discurso com a prática, ficando a política reduzida um jogo de apadrinhamentos e disputas entre grupos, com o fim de aparelhar a máquina do Estado:

[...] entre nós a política é, antes de tudo, um meio de vida: vive-se do Estado, como se vive da Lavoura, do Comércio e da Indústria – e todos acham infinitamente mais doce viver do Estado do que de outra coisa (VIANNA, 1990, p. 42).

Herbert Smith, com o olhar do estrangeiro, vê que no Brasil, mais ainda do que nos Estados Unidos, a corrupção também está presente na política. Aqui, segundo ele, seria pior, “porque o brasileiro é um partidário cego, e de cabeça quente; uma diferença de credo político é suficiente para separar amigos, ou mesmo membros de uma mesma família”. De forma intuitiva, ele nota aquele idealismo utópico de que fala Viana, pois ao olhar para o cenário político, Smith reconhece que “seria difícil mostrar as crenças distintas dos dois grandes partidos políticos. Os ‘conservadores’ e os ‘liberais’ pregam praticamente as mesmas doutrinas; apenas lutam por homens diferentes” (Smith, 1869, 474).

Destes problemas, percebidos por Herbert Smith em sua curta estadia no Rio de Janeiro, o que representa um legado mais pernicioso para as gerações posteriores foi sem dúvida o racismo decorrente de três séculos de escravidão.

O racismo estrutural: uma condição social que ainda nos assombra

O racismo tem uma longa história, mas foi no século XIX, com o impulso positivista das ciências, que surgiram as teorias científicas racistas na tentativa de hierarquizar as raças e comprovar a superioridade da raça branca pura. O filósofo, diplomata e escritor francês Arthur de Gobineau (1816-1882) foi um dos mais destacados nesse cenário, com seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1855). Suas ideias equivocadas forneceram justificativas teóricas para as reivindicações de vários grupos racistas sobre a supremacia da



raça branca sobre o resto. Segundo Gobineau, a mistura de raças era inevitável e levaria a raça humana a graus cada vez maiores de degeneração, tanto física quanto intelectual. Smith, refletindo sobre a população híbrida do Rio de Janeiro, escreve que a proporção de raças mestiças no Brasil é muito maior comparativamente aos Estados Unidos: “posso dizer que nem um terço da população é de sangue puro” (Smith, 1879, p. 468).

Para Smith, o problema da cor no Brasil é um problema. A esse respeito, ele vai dizer que aqui “as distinções sociais de cor nunca são muito claras”. Trata-se de um problema que ainda hoje é frequentemente confundido na vida cotidiana e pelos cientistas sociais. Smith, contudo, argumenta em suas notas que, se essas distinções de cor não são claras, elas não foram “de modo algum abolidas, como alguns escritores querem nos fazer crer” (Smith, 1879, p. 468).

Bem na esteira do trabalho de Gobineau, que pintava um quadro bem negativo da decadência dos mestiços sul-americanos, Smith escreve em suas observações sobre o Brasil:

As pessoas que falam de “amalgamação”, como uma bênção a que ser desejada, deveriam estudar os seus efeitos aqui, onde ela é onde é um fato consumado. As raças misturadas são invariavelmente más; parecem combinar todas as piores características de duas raças parentais, sem nenhuma das boas; e o mal é mais evidente onde a “amalgama” é mais completa (Smith, 1879, p. 468).

Devemos reconhecer que essa perspectiva adotada por Smith, que tinha o conceito de raça como conceito-chave, era, ainda que sob diferentes matizes, a perspectiva dominante no pensamento da época. Por isso, Mariza Corrêa, ao estudar o pensamento do médico Nina Rodrigues escreve: “Antes de ser pensada em termos de cultura, ou em termos econômicos, a nação foi pensada em termos de raça” (2001, p.41). Nina Rodrigues foi um dos que pensou a formação racial do Brasil nessa época e chegou à conclusão de que nada havia que limitasse a miscigenação da população.

Corroborando a visão de Smith, para quem “o mal é mais evidente onde a ‘amalgama’ é mais completa”, Nina Rodrigues foi buscar na metodologia lombrosiana as bases teórico-metodológicas para pensar a realidade brasileira. A figura do mestiço será um problema para o Brasil. Segundo Rodrigues, fica constatado pela biologia que essa amalgama entre raças não dá bons resultados, gerando seres híbridos que são anormais, degenerados e estéreis.



É verdade biológica bem conhecida que no cruzamento de espécies diferentes o êxito é tanto menor favorável quanto mais afastadas na hierarquia zoológica estão entre si as espécies que se cruzam (...) Tem-se afirmado, é exato, que o cruzamento das raças ou espécies humanas não dão híbridos. Mas os fatos demonstram que se ainda não está provada a hibridez física, certos cruzamentos dão origem em todo caso a produtos morais e sociais, evidentemente inviáveis e certamente híbridos (Nina Rodrigues s/d, p.133).

Acreditar nas teorias racistas, formuladas na Europa e nos Estados Unidos, foi conveniente para as elites brasileiras, pois isso permitiria legitimar e naturalizar as hierarquias sociais existentes no Brasil, mesmo após o fim da escravidão. Por outro lado, aceitar o racismo científico significaria admitir que a nação, em sua maior parte, era composta por uma população racialmente inferior. Para superar esse obstáculo, uma reinterpretação endógena dessas teorias estrangeiras foi formulada no Brasil: a tese do embranquecimento. Como observa Lilia M. Schwarcz, “A saída foi imaginar uma redescoberta da mesma nação, selecionar e digerir certas partes da mesma teoria, com a evidente obliteração de outras; enfim, prever ‘um modelo racial particular’” (Schwarcz, 1996, p. 89). Esse modelo teria que dar conta de um contexto marcado por uma extrema concentração fundiária até então apoiada em uma economia escravagista por quase quatro séculos.

Por meio da chamada economia de *plantation*, a escravidão negra se espalhou por todas as áreas da vida econômica do Brasil colonial e imperial: a agroindústria exportadora, a mineração extrativista, a pecuária e o sistema escravista urbano e doméstico. Silva (1994) chama a atenção para o fato de que, quando Florestan Fernandes afirma que “[...] o trabalho lança raízes no Brasil através do trabalho escravo”, a conclusão óbvia é que não se pode falar de trabalho, ou estudar relações de trabalho, sem necessariamente falar sobre relações raciais.

De fato, dos cerca de dez milhões de africanos escravizados pelo sistema colonial, aproximadamente quatro milhões desembarcaram no Brasil, entre 1530 e 1850. Durante quase quatro dos cinco séculos de história, o Brasil prosperou à sombra da escravidão negra. O principal produtor de riqueza era o trabalhador negro, sendo substituído lentamente, sobretudo no Sul e Sudeste do Brasil, pela mão de obra do imigrante europeu em áreas rurais e urbanas no decorrer do século XIX. Esta substituição fazia parte de uma política de branqueamento, de invisibilização e silenciamento da presença negra e escrava no Sul do Brasil.



Não faltam estudos genéticos sobre as marcas ancestrais da escravidão na história do Brasil e suas consequências danosas para a sociedade como um todo. No entanto, a visão crítica desse triste legado não é antiga. Isso porque o Estado brasileiro sempre se esforçou para construir e manter a imagem de um país com harmonia nas relações entre negros e brancos, mesmo no período da escravidão. A negação do preconceito e das práticas discriminatórias estava profundamente enraizada na história das relações raciais brasileiras, coexistindo de forma tensa com indicadores dramáticos de desigualdades raciais.

Gilberto Freyre, em sua obra *Casa Grande e Senzala* (1993), apesar de reconhecer os malefícios da escravidão e da monocultura, postula a ideia de que no Brasil a escravidão teria sido suave e harmoniosa, que os escravos eram dóceis e passivos e os senhores foram generosos e afetuosos com eles. Por isso tem sido frequentemente creditado - ou acusado - por cunhar e difundir o mito de uma “democracia racial”. Essa visão adoçada da convivência social no Brasil sofrerá uma crítica mais consistente apenas a partir da década de 1960.

É possível afirmar que os estudos sobre as relações raciais no Brasil, desenvolvidos a partir da Universidade de São Paulo, com a participação ativa e pioneira de Roger Bastide e Florestan Fernandes, têm uma motivação bastante evidente e notória graças à contribuição e à atuação da Unesco para que se esclarecesse e se estudasse qual era a situação racial no Brasil. A chamada “escola de sociologia paulista” abriu um caminho novo na análise das questões relacionadas com a situação dos negros e os preconceitos raciais na vida brasileira.

Maria Aparecida Silva Bento, em sua tese de doutoramento, *Pactos narcisísticos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público* (2002), escreve que esses autores, ao tentar explicar as desigualdades, acabaram por criar outros estereótipos sobre os negros. Ela reconhece que o valor da obra de Florestan Fernandes *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, publicada em 1965, é imenso no sentido de revelar uma sociedade profundamente desigual. Para a autora, tanto Fernandes (1978) quanto Ianni (1972) e Bastide (1955) desmistificaram a ideologia racial brasileira, demonstrando em suas pesquisas que as relações entre negros e brancos jamais haviam sido harmoniosas e que os negros viviam em situação de desvantagem em relação aos brancos.

No entanto, argumenta Bento, estes estudiosos, na tentativa de explicar a desigualdade, acabaram por criar outros estereótipos sobre os negros. Segundo eles, os negros estavam em desvantagem pelo fato de haverem sido escravizados, o que os deixou



despreparados para agirem como trabalhadores livres e ingressarem na sociedade, após o fim do escravismo. Para a autora, eles consideravam que a escravidão teria deformado a personalidade do negro, uma vez que o trabalho forçado os teria deixado despreparados para agirem como trabalhadores livres e ingressarem na sociedade, após o fim do escravismo.

Essa ideia da deformação da personalidade do escravizado pelo trabalho forçado e pelo jugo aos seus senhores foi formulada por Smith, em sua estada no Rio de Janeiro, a partir de suas observações:

Em questões meramente animais, de alimentação e vestuário, sem dúvida que muitos dos negros estão melhor do que estavam em África; sem dúvida, também, que aprenderam algumas lições de paz e civismo; até mesmo um esboço de cristianismo. Mas seria difícil provar que o escravo das plantações, dependente, como uma criança, do seu senhor, e totalmente desabituaado de pensar por si próprio, é melhor, mentalmente, do que o selvagem que tem as suas faculdades aguçadas pela luta contínua com a natureza selvagem que o rodeia. A escravatura enfraquece o cérebro; o escravo é pior material para a civilização do que o selvagem, e pior ainda a cada geração de escravatura (Smith, 1879, p. 466).

Ele vai além e afirma que essa não é a pior consequência que deverá ser enfrentada após o final do sistema da escravidão. Haverá sempre a depreciação do trabalho como um valor social, que será visto pelos brancos como degradante e coisa de escravo. Herbert Smith pondera que, mesmo se todos os escravizados e negros livres fossem levados de volta para a África, outros males recairiam sobre os brancos:

A indolência, o orgulho, a sensualidade e o egoísmo são as consequências da escravatura, que escravizaram os escravagistas e os seus filhos. Imaginais que são todos filhos de homens ricos, esses jovens delicados e vestidos de forma elegante no Ouvidor? A maior parte deles são pobres, mas levarão a sua vida vegetal, sabe Deus como, parasitas dos seus amigos, ou do governo, ou do alfaiate e do merceiro, porque não sujarão as suas mãos com o trabalho, porque não sujam as mãos com ferramentas. “Trabalhadores!” grita o Brasil. “Precisamos de trabalho!” e onde é que ela vai arranjar trabalhadores honestos, se o trabalho honesto é uma degradação? (Smith, 1879, p. 467).

Portanto, raça e cor irão se sobrepor ao problema de classes no Brasil, uma vez que estruturalmente o país continuará operando segundo uma economia exportadora de commodities, baseada no sistema de monocultura, e as melhores posições de trabalho, nos setores de serviços e na indústria, serão ocupadas pelos brancos, já melhor posicionados na escala social. Enquanto isso, as ocupações manuais ou as posições mais baixas no mercado



de trabalho serão ocupadas por pessoas das camadas mais populares, onde está a maioria negra.

Uma pesquisa realizada recentemente revela que, com a evolução da sociedade de classes, as desigualdades não só permaneceram, como também aumentaram⁵. Antigos credos que atribuíam as desigualdades raciais de hoje apenas a um legado difuso do passado escravista e confiavam sua superação às transformações do sistema capitalista estão atualmente desacreditados. Hoje está claro que o sistema capitalista é um dos principais mediadores do racismo, criando e recriando persistentemente as condições propícias à sua reprodução.

Considerações finais

Como se pode ver, Herbert Smith, em sua estada no Rio de Janeiro observou as relações entre cor, raça e classe, bem como as relações de gênero ao analisar a condição feminina no Brasil. São impressões de um viajante apaixonado pelo Brasil, que, no entanto, não se esquivou de dizer o que choca o olhar do estrangeiro pelo que a paisagem social do Rio de Janeiro revela.

São cenas vivas de uma sociedade profundamente desigual e multifacetada, que são captadas pelo observador americano, que tenta, no entanto, manter um certo distanciamento de julgamentos de valores, ao reconhecer que “não há nada mais difícil em matéria de autoria do que um escritor de uma nação avaliar com justiça o povo de uma outra”. Smith entende que ele, como qualquer outro viajante, não deve medir outros povos pela sua própria experiência, pois “ele pode ter sido bem ou maltratado, na medida em que se encontrou se com indivíduos bons ou maus, ou conforme as circunstâncias o colocaram numa posição favorável ou desfavorável com aqueles com quem se encontrou”. Se ele conseguiu realizar esse intento é outra história.

⁵ A PNAD Contínua de 2017 mostra que há forte desigualdade na renda média do trabalho: R\$ 1.570 para negros, R\$ 1.606 para pardos e R\$ 2.814 para brancos. O desemprego também é fator de desigualdade: a PNAD Contínua do 3º trimestre de 2018 registrou um desemprego mais alto entre pardos (13,8%) e pretos (14,6%) do que na média da população (11,9%). Já o Atlas da Violência 2018 4, pesquisa produzida pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), demonstra que uma das principais facetas da desigualdade racial no Brasil é a concentração de homicídios entre a população negra. Essa pesquisa aponta que, no ano de 2016, o número de negros assassinados no país foi de 40,2 para cada 100 mil habitantes, enquanto o número de não negros (brancos, amarelos e indígenas) assassinados no mesmo período foi de 16,0 para cada 100 mil habitantes.



De certo temos a convicção de que nós, leitores, podemos hoje, passados cento e cinquenta anos, sentirmos um misto de choque e constrangimento ao ler o relato de Herbert Smith, tanto pelas condições de um passado distante, como pelas condições estruturais que persistem e assombram o presente.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciência Política**. Brasília, n.11, p.89-117, Aug. 2013. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. (Tese de doutorado), São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, 2002.
- CARNEIRO, Henrique Soares. “O múltiplo imaginário das viagens modernas: ciência, literatura e turismo” **História: Questões & Debates**. Nº 35, 2001. p. 232.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2000. p. 66-67.
- CORRÊA, Mariza. 2001. **As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista, Editora da Universidade São Francisco.
- EDLER, Flavio C. De olho no Brasil: a geografia médica e a viagem de Alphonse Rendu. **Hist. cienc. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 8, supl. p. 925-943, 2001.
- FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo, Ática, 1978.(vol.I e II).
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. Editora ,Unesp, 1997.
- FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Global, 2004.
- HOLANDA, S. B.“A herança colonial, sua desagregação. In: HOLANDA, S. B. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo II, 1º volume. São Paulo: Difel, 1975.
- IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.



QUEIROZ, M. I. P. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais* – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005, p. 107-30.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, s/d.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **Uso e Abuso da mestiçagem da Raça no Brasil**: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. *In*: Afro-Ásia, 18, 1996.

SMITH, Herbert. **Brazil, the Amazons and the coast**. Scribner's Sons, 1879.

VIANNA, F. O. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Governo do Estado do Rio de Janeiro, UFF, 1973.

VIANNA, Oliveira. **O ocaso do Império**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

